

▶▶ ANTONÍO  
COSTA 2022



MANIFESTO

# A FORÇA DO INTERIOR

**ANA ABRUNHOSA**  
Cabeça de lista de  
**CASTELO BRANCO**

**ANA MENDES GODINHO**  
Cabeça de lista  
**GUARDA**

**RICARDO PINHEIRO**  
Cabeça de lista  
**PORTALEGRE**

**JOÃO AZEVEDO**  
Cabeça de lista  
**UISEU**

**JUNTOS SEGUIMOS  
E CONSEGUIMOS**

# Manifesto pelo Interior de Portugal

## Enquadramento

Os territórios do interior para quebrarem com a espiral da perda de população e de relevância necessitam de uma política robusta de diferenciação positiva:

1- Apoio ao investimento e captação de investimento de empresas e de emprego com futuro

2- Manutenção e captação de mais pessoas

Como se faz?

- Com Políticas ativas de manutenção e captação de população
- Com diferenciação nos apoios ao investimento, nomeadamente com majorações os incentivos aos investimentos públicos e privados realizados no interior, dos incentivos à contratação e dos incentivos à mobilidade de pessoas para o interior
- Com um Programa de apoio à retomo do nosso Comércio e Serviços, atividades fundamentais para a nossa economia local/regional;
- Com diferenciação fiscal: robustecer os benefícios fiscais a favor das famílias e das empresas do interior: neste domínio a ponderação custo-benefício é claramente para o benefício.
- Com um território vibrante em termos Culturais, que valorize e potencie o extraordinário património cultural, físico e imaterial. A nossa identidade e as nossas raízes são vitais para continuarmos a construir futuro.
- Com condições para ser um destino turístico de excelência, pelo vasto e rico património cultural e natural;
- Com a garantia de habitação, sobretudo habitação social e habitação a custos acessíveis;
- Com a garantia e mobilidade das populações com uma rede de transportes públicos que responda a necessidade das populações; para os mais frágeis garantir uma rede de transporte a pedido e flexível;
- Com a garantia de fixação de profissionais de saúde;
- Com a continuação da valorização dos equipamentos de saúde, de educação (escola digital) e sociais, de modo a que haja bons serviços públicos, fundamentais para manter e atrair população;

Nesta gestão dos serviços públicos é importante garantirmos a articulação com os territórios espanhóis de fronteira.

- Com a melhoria da conectividade digital móvel e fixa, que garanta uma permanente ligação ao mundo a partir de qualquer ponto do território; certificar o território;
- Com a anulação dos custos de contexto, nomeadamente através da redução dos custos das portagens da A23, mas também da A 25, da A24;
- Com uma oferta de melhor qualidade de vida e acessos aos serviços públicos;
- Com o aproveitamento da centralidade ibérica do território, na economia, no turismo, na cultura, na proteção e valorização dos nossos recursos naturais;
- Com a garantia que continuamos a ser um território seguro, por isso é muito importante reforçar a rede de postos de GNR;
- Com a garantia de não se fecharem serviços públicos, de não se reduzem horários dos centros de saúde; a população merece e os novos habitantes valorizam.

**Conclusão:**

As assimetrias regionais, a perda de população no interior só se mudam com políticas robustas. Só se mudam tratando diferente o que é diferente. Só se mudam com vontade política de tratar o Interior como merece, valorizando-o, pois só assim seremos um país mais desenvolvido, só assim, beneficiaremos todos do progresso do nosso país. É o que propomos neste Memorando. Medidas realistas, ajustadas às necessidades do território, das nossas gentes, das nossas empresas das instituições e organizações. Tem de ser mesmo melhor viver, trabalhar, estudar, investir e criar emprego no interior do que no litoral. Melhor mesmo. Para que tenhamos qualidade de vida e aqui queremos ficar e criar a nossa família. Para que os que partiram regressem e para que qualquer empresa de consultoria, qualquer contabilista economista ou advogado, quando ajuda um empresário a definir o seu próximo investimento com uma simples folha de cálculo chegue à conclusão de o Interior é sem sombra o melhor território.

João Azevedo

Ana Mendes Godinho

Ana Abrunhosa

Ricardo Pinheiro

## Proposta de medidas

Sabemos como **as assimetrias territoriais continuam a ser o principal obstáculo ao desenvolvimento harmonioso de todo o país**. A coesão territorial não é apenas uma missão, é uma prioridade, porque é um fator de:

- Justiça social e de aproximação entre todos os portugueses;
- Sustentabilidade demográfica;
- Motor de desenvolvimento económico.

### Como se combatem estas assimetrias territoriais?

- **Descentralizando** competências do Estado Central – que é o garante de uma governação próxima das pessoas e dos seus problemas;
  - Com políticas públicas que deem **prioridade aos territórios mais vulneráveis** e, sempre que necessário, um estatuto especial;
  - Continuar a **apostar nas cidades médias**, enquanto espaços de dinâmicas de inovação, e potenciando parcerias urbano-rural;
  - **Reforçar a mobilidade** das pessoas dentro de territórios de baixa densidade (através, por exemplo, de novas redes de transporte a pedido) e na sua ligação ao resto do país;
  - Continuar a **reduzir custos de contexto** que penalizam empresas e famílias do Interior, como é o caso das portagens nas ex-scut;
  - Garantir a **conectividade digital em todo o território** nacional, levando a banda larga fixa e móvel generalizada à totalidade da população, assegurando que é também uma vantagem competitiva na atração de investimento empresarial.

1. A “pedra de toque” para toda esta mudança, assenta precisamente na **atração de investimento para o Interior**. É este investimento que:

- Permite criar emprego e fixar populações, assegurando saldos migratórios positivos;
- É condição indispensável para contrariar as tendências de abandono de vastas áreas do território nacional.

2. Temos de **fixar pessoas** nos territórios do interior, contrariando a tendência de muito baixa densidade populacional e um elevado índice de envelhecimento, ou o abandono de parte do nosso território.

3. Temos a obrigação de providenciar **serviços de proximidade**, vitais em territórios onde o despovoamento tem suprimido oferta comercial e serviços privados, isolando cada vez mais as populações e afastando-as de bens e serviços de primeira necessidade e agravando as desigualdades.

4. Temos de afirmar os **territórios transfronteiriços**, predominantemente rurais e caracterizados por um acentuado despovoamento e envelhecimento. Ao lado de Espanha, temos já em curso a primeira **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço**, reposicionando o nosso Interior como espaço de uma nova centralidade ibérica, que tem como principal objetivo fazer com que a fronteira desapareça na vida do dia a dia das pessoas que vivem nas regiões da raia,

- Assegurar um planeamento integrado e uma articulação efetiva da rede de oferta de serviços de saúde, educação e social em ambos os lados da fronteira, evitando assim redundâncias e desperdícios;

- reforçar a coordenação bilateral em domínios críticos da ação fronteiriça, relativos à gestão de recursos hídricos, de espaços florestais e de áreas protegidas

- Consolidando o Simplex Transfronteiriço (ex: Estatuto do Trabalhador Transfronteiriço; o 112 Transfronteiriço e o Documento único para a circulação de menores);

- Potenciando a desenvolvimento de atividade económica em parceria, nomeadamente nas áreas do Agroalimentar, da Energia, da valorização dos recursos endógenos, do turismo.

- Criar programas de mobilidade transfronteiriça para estudantes, incluindo os níveis secundário, superior e nas áreas da formação profissional.

- Promover redes de investigação transfronteiriças que suportem ecossistemas de inovação, competitividade e diversificação da economia das regiões de fronteira, com articulação entre instituições dedicadas à ciência e investigação (universidades, politécnicos, laboratórios e centros de conhecimento) destes territórios e empresas locais e regionais;

- Definição de uma **Estratégia Transfronteiriça de Turismo**; e estabelecer uma **Agenda Cultural Comum** com projetos partilhados inseridos em redes culturais transfronteiriças; as aldeias raianas recuperadas são novos locais para projetos culturais e turísticos inovadores

## Como o conseguimos?

Propostas para o Interior a concretizar na legislatura

- Criar um **estatuto especial para as regiões do interior** no que respeita: a medidas diferenciadoras de apoio ao investimento, nomeadamente com recurso a fundos europeus, para apoiar as PME nos investimentos inovadores, na qualificação e internacionalização, na realização de investigação e desenvolvimento tecnológico em parceria com instituições de ensino superior,

Criar um Programa de qualificação, ampliação e criação de áreas de acolhimento empresarial para os territórios do Interior, assegurando que possuem todas as valências das áreas de localização de nova geração, como a conectividade digital de qualidade, proteção contra incêndios, produção de energia para auto-consumo.

medidas de apoio à contratação, nomeadamente de trabalhadores qualificados, por ex. através dos programas +CO3SO Emprego, +CO3SO Empreendedorismo Social, Compromisso Emprego Sustentável e contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados

Medidas de apoio à fixação, atração e à mobilidade de pessoas/trabalhadores para o interior:

Incentivar a mobilidade geográfica no mercado de trabalho, nomeadamente dos trabalhadores da administração pública, sempre em diálogo com os parceiros sociais,

Lançar um programa de regresso ao Interior, estimulando o regresso de quem o trocou pelo litoral e pelo estrangeiro (reforço do Programa Trabalhar no Interior e o Programa Regressar);

Programa de atração de imigrantes, que contribua para a valorização das produções locais e aumente a população ativa e a disponibilidade de mão de obra para as empresas do interior;

Agilização de procedimentos para a vinda de trabalhadores e estudantes estrangeiros;

Implementar o Programa “Conhecer Portugal”, um programa Erasmus interno, fomentando a mobilidade de estudantes entre instituições de ensino superior do litoral e do Interior;

Posicionar o Interior como espaço de atração de nómadas digitais;

- Garantir a conectividade digital no Interior, assegurando uma cobertura de banda larga fixa e móvel, de forma a permitir o acesso das populações a serviços de proximidade (por ex., tele-saúde, teletrabalho, tele-serviços) e garantir a ligação da Beira Baixa ao mundo;

- Impulsionar o Programa de Captação de Investimento para o Interior, com

ações de divulgação, e um acompanhamento muito próximo das intenções de investimento e sua posterior realização;

- Reforçar o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora, continuando a canalizar investidores, trabalhadores e famílias para o Interior;

- Implementar um Programa de estímulo à produção local/regional;

- Desenvolver um Programa para a retoma do comércio e serviços;

- Criar um programa de apoio ao investimento da diáspora no interior;

- Criar uma Agência de Captação de Investimento para o Interior, em estreita articulação com a AICEP, as CCDR, as CIM, municípios, associações empresariais, instituições de ensino superior, infraestruturas científicas e tecnológicas, laboratórios colaborativos

- Criar um Centro de Turismo no Interior, através de parceria com rede de instituições de ensino superior do interior do país e entidades relevantes da região, dedicado à investigação, formação e desenvolvimento de produtos, bem como todas as ações necessárias à criação de um destino turístico de excelência;

- Criar o primeiro Centro de Competências internacional dedicado à Economia Social e à inovação social I&D nas respostas sociais, e a programas de formação para dirigentes e trabalhadores do Setor Social. Deslocalizar para o Interior o centro de decisão do Programa Portugal Inovação Social, que apoia projetos de inovação e de inclusão social

- Reforçar e aumentar a rede de espaços de teletrabalho e de coworking no Interior, em articulação com autarquias e empresas;

- Criar mecanismos de discriminação positiva relativamente às respostas sociais desenvolvidas no Interior de forma a refletir custos de contexto específicos;

- Promover o teletrabalho pela utilização da Rede de Espaços de Teletrabalho no Interior;

- Certificar os territórios do interior como regiões aptas a acolher trabalhadores em trabalho remoto, garantir serviços de educação, saúde, segurança, habitação, bem como o envolvimento da comunidade local locais no compromisso para a certificação.

- Aprofundar os benefícios fiscais para o Interior

- Reforço o sistema de Benefícios fiscais, considerando a taxa reduzida de IRC de 12,5% para os primeiros 150 000 euros de matéria coletável

- Incentivo ao reinvestimento dos lucros das empresas do interior através de uma majoração de 30% dos benefícios previstos no regime DLRR

- Isenções de IMT e IMI para imóveis localizados em áreas florestais e majoração dos gastos (em IRC e IRS) com manutenção e defesa da floresta

- Benefícios às famílias que transfiram residência permanente para o interior através de um aumento do limite das deduções em IRS durante 5 anos.

- Reduzir o custo das portagens para veículos de classe 1, em 50% face aos valores de 2011, na A23, A 25, A 24 e A22.

- Criar um centro internacional de medicina de reabilitação sirva as regiões

das BSE, Beira Baixa e Alto Alentejo e Viseu Dão Lafões, bem como as regiões espanholas transfronteiriças.

- Desenhar em todos os municípios uma Estratégia Local de Habitação, que dê resposta à falta de casas, sobretudo de casas que as famílias possam suportar. A habitação social e a habitação a custos acessíveis têm de existir, porque a habitação é um direito fundamental.

- Promover a habitação jovem no Interior, através de bolsas de casas para arrendamento por jovens quadros e incentivos à recuperação de casas em territórios despovoados;

- Apoiar a reabilitação do edificado abandonado das vilas e aldeias, colocando-o no mercado para novos residentes ou para novas funções económicas, turísticas, sociais ou culturais;

- Garantir a oferta de transportes públicos que permitam a acessibilidade das pessoas aos serviços, com custos acessíveis para os utilizadores e até gratuitos para parte da população.

- Equiparar a comparticipação dos passes dos transportes públicos nos territórios do Interior, aos valores que são praticados nas áreas metropolitanas.

- Garantir transportes para locais onde os operadores privados não têm interesse em apostar: garantir transporte flexível e a pedido às populações mais frágeis ou isoladas

- Garantir serviços e estruturas de saúde, de apoio social, de bem-estar pessoal e comunitário e outros serviços públicos, mais flexíveis na gestão e adaptadas à utilização, seja pela criação de centralidades locais ou através de serviços móveis ou a pedido;

- Garantir medidas efetivas que permitam a manutenção e atração de profissionais de saúde

- Garantir o acesso de todos aos serviços públicos abrindo “Espaços do Cidadão” em todas as freguesias

- Reforçar a cobertura e a adequação dos equipamentos e serviços para a população mais idosa, numa cooperação reforçada entre a Segurança Social, o SNS, e o setor social e solidário, combatendo o isolamento social;

- Implementar projetos-piloto na área da Educação em regiões do Interior, adaptados a cada contexto territorial, nomeadamente de Ensino Profissional em regime de mobilidade que permitam diversificar a oferta e garantir o acesso à Educação.

- Assegurar forças e serviços de segurança que permitam dar uma resposta adequada às necessidades das populações do interior

**ANA ABRUNHOSA**  
Cabeça de lista de  
**CASTELO BRANCO**

**ANA MENDES GODINHO**  
Cabeça de lista  
**GUARDA**

**RICARDO PINHEIRO**  
Cabeça de lista  
**PORTALEGRE**

**JOÃO AZEVEDO**  
Cabeça de lista  
**VISEU**



**JUNTOS SEGUIMOS  
E CONSEGUIMOS**